Ata nº 010/2023

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala do Setor de Previdência, após o expediente, reuniram-se os membros Comitê de Investimentos: Ana Paula Pizzolato da Silveira, Adão Chiavenato Machado e Elisandra Carloto Saciloto, nomeados através da Portaria nº 238 de 18 de junho de 2020 para sua reunião ordinária. No primeiro momento da reunião foi debatido o cenário econômico, com relação ao mês de maio, onde ao longo do mês, dados de inflação mais fracos, com expectativas de estabilidade para a inflação mais a frente, somado a aprovação da nova regra fiscal do Brasil, que aparentemente fez reduzir os riscos de cauda para os rumos da política fiscal brasileira, foram gatilhos importantes para o aumento das projeções de corte na taxa Selic a partir de agosto. Essa melhora na percepção de risco causou impactos positivos para os ativos de risco brasileiros, especialmente para a bolsa que teve no seu principal índice, o Ibovespa, uma variação de +3,74%, como também foram sentidos nas curvas de juros, que apresentaram queda em toda sua extensão, o que trouxe retornos bastante positivos para os títulos públicos prefixados e IPCA+, principalmente nos vencimentos mais longos, que costumam representar as percepções de melhora/piora do cenário fiscal brasileiro. Já as principais bolsas globais foram pressionadas principalmente por preocupações em torno do teto da dívida dos EUA e por dados de atividade econômica da China decepcionantes. Isso fez com que as bolsas globais tivessem, no geral, desempenhos negativos em maio, especialmente as bolsas da Europa e da Ásia. Indo para o cenário do exterior, logo nos primeiros dias de maio, houve decisões bastante importantes tanto no mercado financeiro internacional quanto no mercado local. Nos dias 02 e 03 de maio o FOMC, órgão do FED (Banco Central Americano) que rege a política monetária dos Estados Unidos, votou unanimemente para aprovar um aumento de 1/4 ponto percentual na taxa de juros primária (FED Funds) indo para 5,25%, atingindo assim a taxa máxima em 16 anos. A expectativa da taxa de juros básica americana é que pare neste patamar, ou no máximo tenha mais um aumento de 0,25%, entretanto, os mercados futuros de juros projetam que ela não ficaria neste nível por muito tempo e já começaria a ceder no final de 2023. Este é um importante ponto de divergência com os principais economistas, pois estes últimos acreditam que a taxa dos FED Funds terá que permanecer elevada por mais tempo para efetivamente conseguir conter a inflação e levar para o patamar da meta de longo prazo do FED que é de 2%. O último dado de índice de inflação medido pelo CPI (Consumer Price Index) foi de 5% em 12 meses, mas vindo de um pico de 9% atingido em meados do ano passado. Alguns poderiam indagar que a taxa de juros real, isto é, a taxa de juros descontada a inflação, ainda estaria muito baixa ou quase nula dado o nível atual da inflação. Mais uma vez, o importante aqui é a expectativa de inflação futura e sua tendência. Na China números recentes mostram uma economia ainda em recuperação, porém de forma heterogênea entre os setores e aquém do esperado. O mercado acionário em queda, assim como as commodities e o Yuan, reforçam um panorama não tão otimista para o país, enquanto o governo estuda fornecer estímulos principalmente ao setor de construção civil.

Passando para Europa, a situação também segue complexa. A Alemanha entrou em recessão técnica após a queda de 0,3% do PIB no 1T23 e de 0,5% no 4T22. Dados de inflação sinalizam que a busca pela convergência à meta de 2% ao ano na Zona do Euro continuará desafiadora. No Brasil, o destaque ficou por conta da aprovação na Câmara do novo marco fiscal, adicionando mais restrições do que o texto original. Contudo, seguem as visões de que o funcionamento da regra depende do contínuo crescimento da arrecadação para entregar o resultado primário prometido, e de que a dívida pública não será reduzida ou ao menos estabilizada no curto prazo, evitando somente seu crescimento explosivo. A economia brasileira cresceu 1,9% no 1º trimestre de 2023, com destaque para o PIB da agropecuária, que subiu 21,6%, enquanto o PIB de serviços avançou 0,6% e o da indústria recuou 0,1%. O resultado veio acima do esperado pelos analistas, o que levou a revisões na projeção do PIB de 2023 para o intervalo entre 2,0% e 2,5%, com o setor agropecuário devendo crescer acima de 2 dígitos e sendo o principal vetor de alta para a economia este ano. No campo inflacionário, a supersafra deste ano tem gerado forte deflação nos preços agropecuários no atacado. No caso dos bens industriais, a normalização nas cadeias de suprimentos gera deflação destes itens no atacado. Além disso, a perspectiva de um menor crescimento na China gera pressão baixista nas commodities metálicas também contribuindo para a queda destes itens nos preços ao produtor. Tais quedas deverão ser repassadas ao consumidor ao longo dos próximos meses. Com isso, as expectativas para o IPCA de 2023 começaram a recuar, saindo de 6,0% para abaixo de 5,7%, segundo mostrado pelo Focus. Em contrapartida, a resiliência do mercado de trabalho local, com ganhos reais de salários, tem mantido a inflação de serviços pressionada, mesmo com o atual patamar de juros. O IPCA de maio teve alta de 0,23% na comparação mensal, abaixo da expectativa. Em relação à variação em doze meses, o índice de inflação recuou para 3,94% em maio, ante 4,18% em abril. As maiores contribuições para a desaceleração perante abril se deram por passagem aérea, gasolina e itens alimentícios, com destaque para frutas, óleo de soja e carnes, em linha com a desinflação vista no atacado recentemente. Também destacamos queda de bens industriais, com destaque para aparelhos eletroeletrônicos. Sobre os juros, a expectativa para a próxima reunião do COPOM é de estabilidade da Selic em 13,75%. Para o restante do ano, a aprovação do novo marco fiscal, a desaceleração da inflação (ainda que lenta) e a crescente expectativa de manutenção da meta de inflação em 3,00% pelo CMN na reunião do final de junho para os anos de 2024, 2025 e 2026 têm aumentado as expectativas dos agentes financeiros de que o ciclo de corte de juros se inicie entre as reuniões de agosto e setembro. Cabe ressaltar que o Banco Central tem atentado para a convergência das expectativas mais longas para a meta. O cenário está positivo à inflação brasileira e, consequentemente, aos juros: indicadores de preços em tendência de baixa, expectativas se ancorando, além do efeito de queda das commodities internacionais e do câmbio. Houve uma mudança de perspectiva para o Brasil – explicado também pela surpresa positiva com a economia – em que um maior otimismo refletiu positivamente nos preços de ativos de risco. Neste contexto, tudo indica que o início do afrouxamento monetário deve começar em breve. No

entanto há uma série de indefinições que dificultam projeções mais assertivas, principalmente para a pergunta "até quanto a Selic pode cair?". Embora a inflação implícita de horizonte curto tenha recuado aos menores níveis desde 2020, não podemos nos esquecer que o fator diferencial de juros tem um peso significativo. Com a Fed Funds rate podendo ainda subir e manter-se em patamar elevado por mais tempo, há um maior impacto nas expectativas sobre juros, o que atrapalha uma eventual redução mais acentuada da taxa Selic. Ainda entendemos que devemos ter uma cautela com alguns ativos de longo prazo, continuamos a enxergar um cenário de maior desaceleração econômica, tanto global quanto local, consequência dos efeitos defasados dos apertos monetários promovidos pelos bancos centrais. Além disso, vemos um impacto cada vez maior da restrição a crédito causado pelos eventos mais recentes, apesar de reconhecer que os dados têm mostrado, de forma geral, economias mais resilientes do que o previsto. Assim permanecemos com a recomendação de que o DI entregará o que precisamos, sugerimos privilegiar ativos DI e IRF-M1. Quanto as despesas, utilizar ativos com menor volatilidade (IDKA2/IRF-M1 e DI). Para os ativos de longuíssimo prazo (IMA-B 5+) estamos recomendando entrada gradual, diante de algumas incertezas. Para ativos de longo prazo (IMA-B/IMA G), recomendamos uma exposição entre 10% e 15%, podendo ser realocado caso o RPPS tenha uma exposição alta em algum ativo não recomendado, também poderá ser utilizado novos aportes. Já para o prefixado (IRF-M), estamos sugerindo a entrada gradativa em fundos atrelados a este benchmark. Considerando o boletim econômico semanal, enviado pela empresa Referência Gestão e Risco, se fizermos uma retrospectiva, nos EUA, o Fed, manteve a taxa de juros inalterada entre 5,00% e 5,25%, contudo, sinalizou que poderá retornar o ciclo de alta mais à frente. Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu elevar os juros pela oitava vez consecutiva. A taxa avançou em 0,25 p.p chegando a 3,5%, o maior nível em 22 anos. No Brasil destacamos que o IBC-br, considerado uma prévia do PIB subiu 0,56% em abril, acima das expectativas de mercado, indicando um maior crescimento para o segundo trimestre do ano. Na renda variável, o Ibovespa fechou a sexta-feira (16) em baixa de 0,39% aos 118.758 pontos, fechando a semana com ganhos de 1,50% impulsionado pelo otimismo, devido as expectativas de redução da Selic no segundo semestre e pela melhora rating soberano do Brasil anunciada pela S&P Global. Já as Bolsas do EUA, em uma semana marcada pela decisão sobre os juros, os principais índices fecharam a semana em alta com o Down Jones e o S&P 500 avançando 1,2% e 2,6% respectivamente. Na renda Fixa, as taxas de juros futuros terminaram a semana em leve alta com o mercado repercutindo a manutenção dos juros nos EUA, elevação da perspectiva de rating do Brasil pela agência de risco S&P Global de estável para positiva. Neste contexto, os índices da Anbima seguem em valorização. Assim, seguimos no viés de cautela, dando preferência por ativos de médio prazo e indo aos poucos para os de longo de prazo com o intuito de obter ganhos dentro deste cenário. Sempre considerando a distribuição das alocações e as nossas sugestões. No tocante a Selic, as expectativas do fechamento da taxa para 2023 foram estimadas em 12,25%. Para 2024 as projeções foram de 9,50%. O valor do resgate da folha de pagamento da competência de Maio/2023, em atenção a atual distribuição da carteira de

investimento do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico político e suas perceptivas, deverá ser realizado do fundo: BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP, CNPJ 21.743.480/0001-50, Enquadramento: Art.7ºI, b e Disponibilidade dos recursos: D+0. De acordo com a sugestão de carteira para o NESPREV foram realizadas as seguintes movimentações financeiras: Resgate de R$ 500.000,00 do fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP e aplicar em NTN-B 2024, ou seja, CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA, CNPJ: 30.139.595/0001-78. Enquadramento: Art. 7°, I, b, Carência: 15/08/2024. Diante do valor disponível referente ao vencimento do título CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA, aplicar da seguinte forma: R$ 300.000,00 mil reais no CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP- CNPJ: 10.740.658/0001-93 e aproximadamente R$ 330.000,00, ou melhor, o saldo restante no CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP CNPJ: 11.061.217/0001-28. Na sequência foi realizada a verificação e análise dos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social dos Serv. Pub de Nova Esperança do Sul-RS, durante o mês de maio, dados extraídos do relatório anexo a presente ata, onde no referido mês, a rentabilidade obtida foi de R$ 334.701,07 (trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e um reais e sete centavos), o que representa um percentual 1,17% ao mês, e perfaz 5,75% da meta para o período e a meta acumulada (INPC + 5,20%) que fechou abril em 4,98%. Dessa forma, a rentabilidade acumulada do NESPREV no ano está em R$ 1.560.204,67 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, duzentos e quatro reais e sessenta e sete centavos), possuindo de patrimônio R$ 28.889.925,75 (vinte e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos). Nota-se que se continuarmos adequando a carteira de acordo com as oscilações do mercado, temos grandes chances de atingir a meta atuarial, após vários períodos de recessão nesse aspecto. O mês de Maio, conforme a atual distribuição da carteira de investimento do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico político e suas perceptivas, foi colocado as seguintes opções de fundo para o aporte do mês, ou seja: CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, CNPJ 10.740.658/0001-93 e Enquadramento: Art.7ºI,b e Disponibilidade dos recursos: D+0. Que tem como o*bjetivo do fundo: Proporcionar valorização de suas cotas. Característica do Ativo:* Aplica 100% dos seus recursos em títulos do Tesouro Nacional em operações finais e/ou compromissadas tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice Índice de Mercado ANDIMA série B – IMA-B e o fundo BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP, CNPJ 04.828.795/0001-81, Enquadramento: Art.7ºI,b e Disponibilidade dos recursos: D+0, o presente fundo tem por o*bjetivo: Proporcionar valorização de suas cotas e característica do ativo:* Aplica em carteira composta por títulos públicos federais. Os ativos que compõem a carteira do fundo estarão relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, à variação da taxa de juros doméstica ou de índice de preços. Conforme comparativo a escolha recaiu para o fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, conforme números mostram no anexo a ata. Lembrando que o presente mês requer a mesma cautela para os investimentos que sempre frisamos, pois no ambiente externo, especialmente nos EUA, após o Senado aprovar o projeto de

lei para suspender o teto da dívida do país as atenções se voltam para os próximos passos do FED em relação aos juros. Na Europa os PMIS (Indicadores econômicos derivados de pesquisas mensais com empresas do setor privado) recuaram para 44,6 pontos, o menor nível em 36 meses. Em relação ao Brasil, o PIB referente ao 1º trimestre avançou 1,9% na comparação com o último trimestre do ano passado, influenciado principalmente pela expressiva alta da Agropecuária. No que tange a inflação o IPCA de maio foi de 0,23%, ficando abaixo das expectativas. O resultado foi influenciado pela desaceleração dos grupos de Alimentos e Bebidas e Transportes com a queda nos preços dos combustíveis e das passagens aéreas. Quanto a questão fiscal, destacamos que a Câmara dos Deputados aprovou o texto base do novo arcabouço fiscal e agora segue para o Senado, criando algumas expectativas positivas para o início do ciclo de redução dos juros por aqui. Conforme apresentado pelos membros que estiveram participando do RoadShow Previdenciário e do II Seminário RPPS Zona Sul, observamos o mercado financeiro, sendo mostrado as crises globais nos últimos 100 anos, que afetam nosso dia a dia. Tivemos ao longo da história mais de 16 crises, ou seja, uma crise grave a cada seis anos, com isso não podemos esperar o melhor momento, senão não faremos nada e não teremos oportunidade de investimentos. Há indicativos de que a inflação vem perdendo força, mas o cenário é dúbio ainda. Existem dados de sondagem que ampliam a percepção de desaceleração da economia, as incertezas de fora são maiores para qualquer decisão aqui no cenário doméstico. Hoje o Crédito privado é fonte de atenção a partir dessa data, pois tudo na vida temos riscos, são incertezas e podemos medir o risco através de dados econômicos, estatística e acompanhamento permanente do mercado. Alocação tática, com entradas e saídas rápidas de acordo com a estratégia, que pode ser de longo ou médio prazo de acordo com a PI. A inserção pontual é utilizar a volatilidade em prol do resultado, já que o mundo se movimenta de crises em crises, que geram oportunidades. Foi enfatizado muito a questão de decisão coletiva, do colegiado, pois o conjunto das opiniões se aproximam mais do fato, ou seja, do que queremos, ficando evidente a importância do comitê, porque o conjunto das decisões será melhor para a carteira do NESPREV. Também entramos no ano com múltiplas opções de bater a meta atuarial, ou seja, a CDI até vai entregar a meta, com baixo risco, mas apenas com a rentabilidade necessária. Ainda, precisamos cuidar a ata do COPOM que definirá um possível corte na taxa de juros, com a tendência de quedas de juros para o segundo semestre. Já estão projetando para esse ano queda da SELIC. No final, os membros que estavam presentes do NESPREV, tiveram a apresentação dos números do nosso RPPS no tocante a renda variável e uma orientação de como proceder no futuro, com a Premier, a qual mostrou um painel de resultados, evidenciando que a cada cinco dias úteis conseguimos uma rentabilidade aproximada de 1,60%, bem como um comparativo com relação aos benchmark. Considerando a mão média operada de R$ 98.338,00, conseguiu-se um lucro médio aproximado de R$ 1.568,96 a cada 05 dias úteis de exposição. Obtivemos um lucro liquido no período operado de R$ 10.982,74. A sugestão foi aumentar a mão de R$ 100.000,00 passando para uma mão de R$ 150.000,00 e operando em duas mãos de R$ 75.000,00, isto é, aumentando o valor, mas reduzindo o risco e a exposição. No tocante ao

enquadramento, observou-se que todas as aplicações encontram-se em conformidade com a legislação relativa aos investimentos. Sendo estes os assuntos a serem tratados, encerra-se a presente ata, que após lida e estando em conformidade é assinada por todos os presentes. Nova Esperança do Sul - RS, 20 de junho de 2023.